

# O REUSO DO PATRIMONIO INDUSTRIAL. O CASO DA ANTIGA FÁBRICA SÃO BRAZ EM PLATAFORMA, SALVADOR

M. Elena Castore

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia

[ellencas@hotmail.com](mailto:ellencas@hotmail.com)

## Resumo

Objetivo deste trabalho é analisar a questão do reuso do patrimônio industrial, uma das mais recentes “expansões” do patrimônio cultural, cujas peculiaridades tornam esta questão extremamente complexa. Traçando um panorama histórico que procura ilustrar como o tema do uso do patrimônio arquitetônico foi abordado pelos principais teóricos da restauração a partir do século XIX, como foi assimilado pelos principais documentos internacionais de preservação e como se relaciona com o patrimônio industrial, tenta-se mostrar como na, prática atual, o reuso desta tipologia de bens fuja de uma finalidade propriamente preservacionista para adquirir outras conotações, ligadas quase sempre a finalidades econômicas. Os projetos de reutilização da antiga fábrica têxtil São Braz em Plataforma, Salvador, hoje em ruína, propostos ao longo desta última década tanto pela iniciativa pública como pela iniciativa privada e até agora não concretizados, procuram ilustrar estas dinâmicas.

**Palavras-chaves:** Reuso do patrimônio industrial, Patrimônio industrial, Fábrica São Braz em Plataforma

## Introdução

Um dos problemas que os edifícios fabris encontram para a sua preservação é a questão da sua reutilização, em função de vários fatores atrelados, de um lado, às suas características físicas e espaciais, de outro às áreas em que foram implantados, um tempo periféricas, mas tornadas estratégicas na cidade contemporânea.

Caraterística intrínseca à arquitetura, o uso é, sem dúvida, uma das condições necessárias à sua preservação. Contudo, considerando os bens culturais e, no seu âmbito, a herança arquitetônica da industrialização, atualmente reconhecida como depositária de valores históricos, artísticos, sociais e memoriais, dignos de ser preservados, a questão do seu reuso assume conotações que vão além dos aspectos pragmáticos para se tornar uma questão cultural.

Esta questão se torna evidente no pensamento de muitos teóricos do restauro, que a partir do século XIX, reconhecem o restauro enquanto ação cultural, voltada à preservação dos valores históricos e estéticos dos bens patrimoniais, distanciando-se daquela ideia de restauro, que prevaleceu até o século XVIII, ligada exclusivamente ao restabelecimento da funcionalidade de um bem. Relacionando estas posturas ao patrimônio industrial, aparece claramente como, na prática atual, uma série de fatores

ligados às suas peculiaridades, por um lado, dificultem o seu reconhecimento como bem cultural, por outro, incentivem intervenções motivadas por razões puramente econômicas, que pouco ou nada tem a ver com a sua preservação.

É o caso da fábrica São Braz localizada no bairro da Plataforma em Salvador, uma das fábricas têxteis mais importantes da história da industrialização baiana, em particular de Salvador, construída no final do século XIX em uma área do subúrbio muito próxima à cidade, que, apesar das descaracterizações ocorridas ao longo da segunda metade do século XX, guarda ainda um grande potencial cultural, paisagístico e, portanto econômico. Através do exame de algumas das propostas de reutilização deste antigo estabelecimento fabril procuram-se ilustrar, neste texto, as dinâmicas que, muitas vezes, guiam as intervenções ditas de “preservação” do patrimônio industrial.

### **A questão do reuso do patrimônio industrial como meio para sua preservação**

Com a ampliação do conceito de patrimônio, que começou a ocorrer, sobretudo nos países europeus, a partir dos anos '60, sendo formalizada pela primeira vez pela Carta de Veneza em 1964<sup>1</sup>, a noção de patrimônio começou a relacionar-se com diferentes aspectos da vida e da cultura humana, distanciando-se daquela ideia de “monumento” à qual ficou ligada desde a formação dos Estados Nacionais até os meados do século XX. Neste processo de expansão “cronológica, tipológica, e geográfica dos bens patrimoniais” (CHOAY, 2001, p.15), começou a crescer o interesse e a preocupação com a herança arquitetônica expressão do intenso processo de industrialização dos últimos dois séculos ameaçada de desaparecimento, devido à sua obsolescência funcional, ao crescimento e modernização das cidades e à consequente pressão especulativa. (KUHL, 2009, p.38)

Os valores que, a partir dos anos '60, a sociedade moderna começou a atribuir a este legado industrial, levaram à progressiva aceitação da noção de “monumento industrial” e ao consequente conceito de patrimônio industrial.

---

<sup>1</sup> O Artigo 1º da Carta de Veneza recita: “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que tenham adquirido com o tempo uma significação cultural.” Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>.

O conceito, definido em 2003 pela Carta de Nizhny Tagil, fruto da Conferência do TICCIH<sup>2</sup> na Rússia, se diferencia da noção de “Arqueologia Industrial”, desenvolvida nos anos ‘60, e redefinida pela mesma Carta de Nizhny Tagil como “método interdisciplinar, que permite abordar o processo da industrialização através do estudo e da análise dos seus vestígios, materiais e imateriais, utilizando os instrumentos de trabalho próprios da moderna arqueologia”, no momento em que tais vestígios são identificados como portadores de valores e, portanto, dignos de ser preservados (KHUL 2009, p. 45):

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (CARTA de Nizhny Tagil, 2003)

Mas como preservar estes bens, na maioria dos casos abandonados, subtraindo-os de um desaparecimento certo? Uma das questões fundamentais neste sentido é aquela relativa ao reuso do patrimônio industrial como meio para sua preservação.

No caso dos bens arquitetônicos em geral, o uso se configura como uma das suas características intrínsecas: “A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica” (CHOAY, 2001, 230).

Muitos edifícios da antiguidade se preservaram até os dias de hoje devido à continuidade de uso, apesar de ter sofrido, muitas vezes, transformações radicais para a adaptação a novas funções. Até a segunda metade do século XVIII, razões pragmáticas, ligadas a questões de uso, que tinham como principal objetivo a adequação dos bens às necessidades contemporâneas, caracterizaram as intervenções de preservação nas obras do passado. Mas, desde que a preservação tornou-se um ato de conotação propriamente cultural, o uso passou a ser considerado um meio e não um fim (KHUL 2009, p. 206).

---

<sup>2</sup> *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH) foi criado em 1978, com o objetivo de estudar, documentar, e preservar o patrimônio industrial mundial.

A partir das primeiras teorias preservacionistas elaboradas no século XIX, por Viollet-Le\_Duc na França e Ruskin na Inglaterra, a questão do uso foi abordada de maneira diferente, entendendo-o como um meio necessário para a preservação do patrimônio histórico e não como objetivo final das intervenções restaurativas.

Em particular, na teoria de Viollet-Le Duc as referências ao uso são claras e específicas: “De todo modo, o melhor meio para conservar um edifício é encontrar-lhe uma destinação, e satisfazer plenamente a todas as necessidades que esta destinação impõe, de tal modo que não seja necessário imprimir-lhe nenhuma mudança” (VIOUET-LE-DUC, 1996, p. 26). É preciso, portanto, que os novos usos garantam a satisfação das exigências contemporâneas, e, para que isso aconteça, é necessário que o restaurador, além de solucionar problemas ligados à conservação dos materiais e da estrutura de um edifício, não negligencie “o aspecto de utilidade” que é intrínseco à ação de restauro:

É nessas circunstâncias, que frequentemente ocorrem, que se deve exercitar a sagacidade do arquiteto. Ele tem sempre a possibilidade de conciliar o seu empenho de restaurador com aquele de artista encarregado de satisfazer necessidades imprevistas. (VIOUET-LE-DUC, 1996, p. 26)

Mas foi o austríaco Alois Riegl, no começo do século XX, a dar um maior destaque à questão do uso no campo da preservação do patrimônio histórico e artístico. No seu livro *O Culto Moderno dos Monumentos*, com o objetivo de criar uma teoria para embasar a reformulação da legislação de conservação dos monumentos austríacos, ele estabeleceu princípios para a preservação, com base nos “valores” que a sociedade atribui aos monumentos. Dividindo-os entre valores de “rememoração” e de “contemporaneidade”, nestes últimos inseriu o valor de uso, que satisfaz os sentidos, e o valor de arte que satisfaz o espírito (RIEGL, 2006, p.92).

Quanto ao valor de uso, ele ressaltou os possíveis conflitos que podem surgir em relação ao “valor de antiguidade”, “valor de rememoração” em base ao qual ele fundamentou a sua proposta legislativa, mostrando o peso que o valor de uso assume em edificações antigas que mantiveram uma função até a atualidade. Neste caso, para ele, o valor de uso prevalece, pois “uma parte essencial do jogo animado das forças da natureza, a partir do qual a percepção determina o valor de antiguidade, seria

irremediavelmente perdida se os homens cessassem de utilizar o monumento.” (RIEGL, 2006, p.94)

A utilização continua de um monumento tem, portanto, uma importância considerável também para o valor de antiguidade; ao contrário,

aquelas obras que já destituímos de significação pratica e nas quais a presença e o movimento dos homens enquanto força natural não faltam, oferecem-nos todos os encantos do valor de antiguidade: como as ruínas de um castelo fortificado numa paisagem de montanha abrupta e selvagem ou mesmo de um templo romano nas ruas animadas de Roma. (RIEGL, 2006, p.94)

Neste tipo de edificações, “impróprias a todo uso prático atual” (RIEGL, 2006, p.95), como acontece frequentemente com as obras da Antiguidade e da Idade Media, “há muito privadas de toda utilidade pratica” (RIEGL, 2006, p.95), o valor de antiguidade prevalece, sem a mínima consideração do valor de uso.

Na década de ‘30, Giovannoni, pai do “restauro científico”, abordou a questão do uso do patrimônio histórico e artístico, através da distinção entre “monumentos mortos”<sup>3</sup> que pertencem a civilizações passadas e que não são mais aptos a ser utilizados, e “monumentos vivos” que têm, ou podem voltar a ter, um uso parecido, se não igual, ao originário. A utilização destes monumentos não só é aconselhável, mas é talvez a melhor maneira para preservá-los, quando ela for parecida àquela originária, quando não ameaçar de modificar a tipologia, a morfologia e as características de antiguidade: “e o edifício se reanime, perca o aspecto frio e ocioso, ganhe novamente a sua beleza viva, porque o uso na arquitetura responde a uma razão de ser e talvez à base fundamental do belo” (GIOVANNONI, 1997, p.105)

Segundo ele, a reutilização de um “monumento vivo” não é aceita somente no caso em que as novas exigências sejam incompatíveis ou comportem transformações radicais do edifício ou, por outro lado, em razão da singularidade do seu valor artístico ou histórico, ou pelas especiais condições do lugar.

Conforme Rodrigues e Carmargo (2010) no mesmo período, a Carta de Atenas de 1931, influenciada pelas teorias preservacionistas de matriz italiana, considerada o

---

<sup>3</sup> Entre os monumentos mortos, Giovannoni incluiu as ruínas, os edifícios da antiguidade, os castelos e as muralhas medievais.

primeiro documento internacional no campo da preservação, apontava: “A conferência recomenda que se mantenha sempre uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida [...]” (CARTA de Atenas, 1931, p.1)

A revisão e o desenvolvimento das elaborações teóricas no campo do restauro, depois da II Guerra Mundial, conduziram à definição de novas linhas de pensamento e à formulação do chamado “restauro crítico”, onde a ação de preservação assume ainda mais conotações culturais. Na teoria de Cesare Brandi, publicada em 1963, a questão do uso é relacionada aos conceitos de restauro e de obra de arte:

Na verdade, quando se tratar de produtos industriais – entendendo-se isso na mais ampla escala, que parte do mais diminuto artesanato -, o escopo da restauração será evidentemente restabelecer a funcionalidade do produto, estando, por isso, a natureza da intervenção de restauro ligada de forma exclusiva à realização desse fim. Mas, quando se tratar, ao contrário, de obra de arte, mesmo se entre as obras de arte haja algumas que possuam estruturalmente um objeto funcional, como as obras de arquitetura e, em geral, os objetos da chamada arte aplicada, claro estará que o restabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção de restauro, representará, definitivamente só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte. (BRANDI, 2004, p. 26).

Portanto, ao reconhecer um objeto como obra de arte, isto é, ao atribuir-lhe um juízo de “artisticidade”, o uso se torna um objetivo secundário nas intervenções de preservação, sendo necessário primeiramente restabelecer a sua consistência material, enquanto meio para a manifestação da imagem, garantindo ao mesmo tempo a autenticidade do seu valor histórico e estético.

Na Carta de Veneza de 1964, ainda uma vez é sublinhada a importância do uso para a preservação dos monumentos; contudo a adequação dos monumentos às novas destinações deve respeitar as suas especificidades:

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se

deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

A adaptação de um monumento a novos usos em prol da sua conservação foi ressaltada também pela Carta de Restauração Italiana de 1972:

Sempre com o objetivo de assegurar a sobrevivência dos monumentos, deve ser atentamente avaliada a possibilidade de novas utilizações dos antigos edifícios monumentais, caso não resultem incompatíveis com os interesses históricos-artísticos. As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, do organismo construtivo e da sequencia dos percursos internos. (KHUL, 2009, p. 210)

Nestas últimas décadas, a expansão do conceito de patrimônio e o seu conseqüente reconhecimento enquanto “capital espiritual, cultural, econômico e social” (MANIFESTO DE AMSTEDA, 1975), tornaram a questão do seu uso um tema de grande interesse, envolvendo além da preservação também questões sociais, políticas, mas, sobretudo econômicas.<sup>4</sup>

Assim, enquanto os teóricos, as cartas e os documentos internacionais elaborados nestas últimas décadas continuaram ressaltando a importância da integração do patrimônio arquitetônico na vida contemporânea como meio para sua preservação, através do restabelecimento de “adequadas” funções em edifícios do passado sem uso, a prática vem mostrando que, na maioria das intervenções atuais, o uso se tornou um instrumento para alcançar objetivos que pouco ou nada têm a ver com a preservação dos seus valores patrimoniais. Estas intervenções, portanto, se configuram mais como ações de “recuperação” do patrimônio, motivadas por razões econômicas e de uso, que de conservação e preservação, motivadas por razões culturais.

E' esta diferença de finalidades que, conforme Carbonara (1997), diferencia os dois termos, recuperação e restauração, frequentemente usados como sinônimos, gerando

---

<sup>4</sup> Conforme Rodrigues e Camargo, esta ampliação de interesses decorre além de uma maior conscientização da noção de patrimônio, de razões como “o aumento demográfico, a situação territorial, a complexidade urbana que acarreta diversos problemas político-econômicos vinculados per exemplo à especulação imobiliária e à exploração do turismo”. **O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo**. Revista CPC, São Paulo n. 10, p. 140-165, maio/out. 2010.

muitas vezes danos irreparáveis ao patrimônio. O reconhecimento ou não do patrimônio enquanto bem cultural se configura, portanto, como o principal problema para a sua preservação, pois somente através da compreensão do objeto de intervenção, dos seus valores e das suas características é possível esclarecer os deveres e os limites das ações de recuperação de um lado e das ações restaurativas ou conservativas do outro. Neste último caso,

a intervenção visará em primeiro lugar a preservação e a perpetuação dos valores culturais criticamente reconhecidos, utilizando todas as técnicas e estratégias consentidas, incluindo obviamente a proposição de um interesse econômico e de uso dos edifícios antigos. [...] Nesta perspectiva [...] o “reuso”, objetivo primário da recuperação, se tornará simples meio, embora dos mais importantes; além disso, a função de uso, que no projeto do novo é um dado *a priori*, no restauro deverá ser considerado enquanto resultado *a posteriori*, fruto do reconhecimento das “vocações” do edifício (CARBONARA, 1997, p.381)

Adotando este pensamento, no caso do patrimônio industrial, a dificuldade de reconhecê-lo como bem cultural, devido à proximidade temporal e à natureza dos edifícios industriais construídos muitas vezes sem muitas intenções plásticas ou estéticas, sendo destinados a atender apenas às necessidades práticas, é a razão pela qual, muitas intervenções neste tipo de bem têm como “objetivo único atender a requisitos práticos e funcionais e não são encaradas como ações de preservação” (RUFINONI, 2004, p. 150). Mas outros fatores também tornam a reutilização do patrimônio industrial uma questão muito complexa.

A versatilidade dos edifícios industriais ligada às suas características tipológicas, formais e espaciais, facilita a sua adaptação a múltiplos usos, desconsiderando muitas vezes as suas especificidades e suas próprias “vocações”; por outro lado, o forte potencial econômico ligado em muitos casos à função estratégica que as antigas áreas industriais adquiriram na cidade contemporânea, gera fortes pressões especulativas que prevalecem na escolha de uma ou outra intervenção e na adaptação a novos usos.



Neste contexto a Carta de Nizny Tagil (2003) ressalta:

4. III. Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e económicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais.

E' evidente, portanto, a importância que o reuso do patrimônio industrial assume em vista da sua preservação; contudo, para tal fim é necessário compreender e considerar os seus valores históricos e estéticos, escolhendo funções que possam ser compatíveis com a utilização originária:

5. IV. [...] As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. É recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga atividade. (CARTA de Nizhny Tagil, 2003)

A Carta ressalta também o potencial econômico associado ao reuso adequado dos edifícios industriais, tanto em relação a um desenvolvimento sustentável, tanto em relação às possibilidades de requalificação de áreas degradadas fisicamente e socialmente:

5. V. Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento econômico sustentado. O patrimônio industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração econômica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos.

Entende-se, portanto, que o aspecto econômico ligado à questão do uso do patrimônio industrial é um fator secundário a ela atrelado, sendo a preservação a sua principal finalidade.

Como exemplificação dos conceitos expostos, serão analisadas a seguir, algumas propostas de reutilização da antiga fábrica têxtil São Braz em Salvador, precedidas de uma breve apresentação sobre a sua história e as suas características.

### **A fábrica São Braz e o bairro da Plataforma**

Localizada no Subúrbio ferroviário de Salvador, Plataforma se consolidou como bairro com a implantação da estrada de ferro Calçada-Paripe, inaugurada em 1860, e com o surgimento, em 1875 da fábrica têxtil São Braz que, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, atraiu centenas de trabalhadores que aqui se estabeleceram transformando a área da antiga fazenda Brandão, num bairro operário.

Incorporada à Companhia Progresso Industrial em 1891, a fábrica São Braz se tornou uma das mais importantes em Salvador na virada do século; nos anos '30, com a fusão entre a Companhia Progresso Industrial e a Companhia União Fabril, sob a direção de Bernardo Catharino até 1944, sobreviveu à crise que investiu o setor têxtil na Bahia a partir da primeira década do século XX. (Fig. 1)



**Fig.1** – Fachada principal da Fábrica São Braz, 1918. Fonte: Revista Bahia Ilustrada, n. 5, ano II, abril 1918.

Mas com a caída dos preços dos produtos têxteis após a II Guerra Mundial, os elevados custos de produção devidos principalmente à obsolescência dos maquinários e do mesmo sistema de produção foram um argumento determinante para a decisão da sua desativação. Parou de funcionar no final de 1959.

Conforme Sardenberg (1997, p. 323), em 1961 foi parcialmente reativada, operando com novos equipamentos que permitiram empregar um quarto da força trabalho originariamente empregada na mesma fábrica. Além disso, utilizando a energia fornecida pela CHESF, a Companhia hidroelétrica do São Francisco, instalada na Bahia nos meados dos anos 50, a fábrica precisava de um número inferior de homens para garantir o seu funcionamento. Contudo, apesar da redução de pessoal e da modernização, em 1967 foi arrendada à Fábrica de Tecidos Fatima e renomeada FATBRAZ. Mas nem esta tentativa conseguiu vingar e, somente um ano depois, também a FATBRAZ fechou.

No começo dos anos '70 o império industrial da Companhia União Fabril e Progresso Industrial se reduziu de oito fábricas a uma, a FAGIP S/A, Fábrica de Gazes Agro Protetoras, criada em 1956 para a produção de gases, compressas medicinais e telas industriais, e instalada na vizinha Península de Itapagipe, no mesmo edifício onde a Fábrica Paraguassu, uma das primeiras fábricas da Companhia, fechada alguns anos antes, funcionara.

Conforme entrevista a Eduardo Catharino, então diretor administrativo da FAGIP, esta última incorporou a Fábrica São Braz em 1975, instalando-se na unidade da fábrica que fica mais próxima ao mar, produzindo, na época, 12 toneladas de fio de algodão por mês e empregando 30 funcionários, sendo uma parte da produção absorvida pela matriz e outra vendida para firmas do Sul. (FÁBRICA..., 1987)

Esta mesma unidade foi totalmente desativada no final da década de '80; no começo dos anos '90 tudo o complexo fabril foi vendido à Companhia Empório de Armazenagens Gerais Alfandegários. A partir de então o processo de degradação foi inexorável.



**Fig. 2** – Detalhe da fachada principal da Fábrica São Braz, 1996. Fonte: IPAC - Processo de Tombamento N° 003/97

O processo de tombamento iniciou em 1997, impulsionado principalmente pelo Diretor do Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia, e pela Associação de Moradores de Plataforma, AMPLA<sup>5</sup>, devido à grande importância histórica e arquitetônica do complexo fabril que,

com seus maquinários e arquivos, testemunha a memória da paisagem, história do povoamento e industrialização da Bahia, a formação dos subúrbios ferroviários, de seus trabalhadores e moradores da região. (...) Seu tombamento e utilização adequados poderá proporcionar à população de Salvador e seus visitantes elementos para a preservação da memória, da identidade baiana contribuindo para a valorização e desenvolvimento social da região. (Solicitação de tombamento de 9 de dezembro de 1996, IPAC - Processo de Tombamento da fábrica São Braz n° 003/97)

Conforme a Informação Técnica n° 003/99, do Processo de Tombamento n° 003/97, o processo foi aberto quando os vários edifícios do complexo fabril, embora fortemente comprometidos e arruinados, “possuíam ainda valores arquitetônicos que justifiquem a

---

<sup>5</sup> A associação foi fundada em 1977, por iniciativas das mulheres do bairro, visando melhorias relacionadas ao bem estar social, político, cultural e econômico dos moradores.

sua preservação”. Trata-se de uma “interessantíssima” construção do fim do século XIX, em estilo neoclássico, que ocupa uma área de 39.399.032 m<sup>2</sup>,

cuja fachada voltada para a Bahia de Todos os Santos apresenta um pavilhão central de dois pavimentos que rompe a sua horizontalidade. O complexo cobre uma extensa área, no interior da qual se dispunham os pavilhões onde funcionava o maquinário, com cobertura tipo “Shed” de telhas francesas. Na parte posterior, existe outro pavilhão com pavimento duplo, onde se encontravam as caldeiras. A fachada posterior e a lateral direita são envolvidas por grande área verde que ocupa toda a encosta, prolongando-se até a praia, na qual observa-se reminiscência da Mata Atlântica, gameleiras centenárias e fonte de água mineral. Todo o complexo encontra-se em processo de arruinamento, vários pavilhões internos tendo sido destruídos. O pavilhão central, que possuía estrutura de madeira com sua escada de dois lances levando ao pavimento superior encontra-se extremamente danificado.

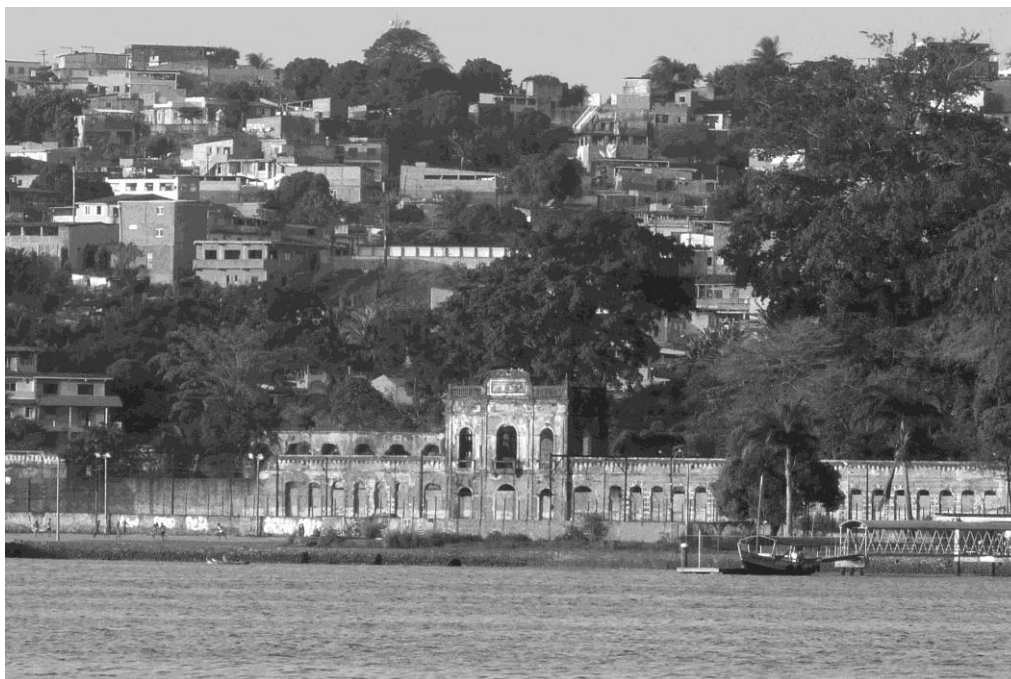
Ulteriores informações sobre as suas características formais e tipológicas se encontram no Inventário da Companhia Progresso Industrial e União Fabril de 1932, quando a mesma Companhia foi criada,

O edifício principal dividido em dois blocos por um corredor mede 163,60 metros de largura e 65 metros de comprimento... é construído num lote de propriedade da mesma Companhia; apresenta uma cancela em ferro na frente...O edifício secundário é dividido em dois blocos adjacentes, o primeiro medindo 24,30 metros de largura e 8,80 metros de comprimento e o segundo medindo 78,00 por 19,35 [...]. Há quatro barracões, três dos quais contíguos localizados defronte ao edifício fabril principal, com seus fundos voltados para o oceano; o quarto se ergue no fundo do primeiro bloco do edifício secundário. [...] o primeiro apresenta uma cancela e um grande guindaste para carregar e descarregar as mercadorias [...]. Todas as construções são realizadas em tijolo [...]. Além destes edifícios, a fábrica possui duas áreas para armazenar a madeira, a primeira em frente ao edifício principal, próxima aos três barracões e a outra no fundo do segundo bloco do edifício secundário [...] (Livro das Atas da Cia. Progresso e União Fabril da Bahia, S/A, 1932, apud SARDENBERG, 1997, p.119, tradução nossa)

O tombamento estadual, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia, IPAC, ocorreu em 2002, mas a medida não foi suficiente para a preservação daquilo que até então tinha sobrevivido.

Hoje, dos quase 40 mil metros quadrados da sua construção só restam os escombros da fachada principal e dos muros perimetrais. Contudo, as ruínas da fachada principal, debruçada sobre a Bahia de Todos os Santos, ainda dominam a paisagem do bairro que, a partir da década de '60, tornou-se bairro de periferia densamente habitado e caracterizado por altas taxas de desemprego, índices elevados de violência e carência de bens de consumo coletivo. (SARDENBERG, 1998, p.149)

Impossível para quem chega de barco o de trem não se perguntar sobre esta ruína, sobre sua história, sobre as suas características, sobre os seus valores atuais. A sua implantação a beira mar, a linha férrea que a separa da praia, mas que ao mesmo tempo a liga ao centro da cidade através da ponte de São João, a estação de trem nas suas proximidades junto à estação marítima que ainda permite o acesso ao local pelo mar, criando uma relação de vizinhança com a península de Itapagipe, são elementos originários e ainda presentes nesta paisagem e precisam ser preservados e valorizados. (Fig. 3)



**Fig.3** – Vista da fachada principal da Fábrica São Braz e do bairro da Plataforma, 2012. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

E são justamente estes elementos que tornaram, nestes últimos anos, a área de Plataforma e a sua antiga fábrica objetos de interesse de alguns projetos de “requalificação” propostos tanto pela iniciativa pública quanto pela privada, esta última mais interessada no potencial econômico da área que na efetiva preservação do patrimônio industrial ameaçado de desaparecer.

### **As propostas de reutilização da fábrica São Braz**

A ideia de reutilizar as estruturas da antiga fábrica São Braz como ponto de partida para a revitalização do bairro foi sempre presente nos moradores da Plataforma que através da AMPLA (Associação dos Moradores da Plataforma) tentaram, após o fechamento definitivo de todas as atividades fabris no final da década de '80, ao longo dos anos, despertar o interesse da comunidade suburbana e itapagipana, de autoridades municipais e estaduais e até de empresas privadas interessadas em investir na requalificação do bairro.

Desde a década de '80, o desejo dos moradores foi que a fábrica fosse transformada em um espaço cultural, um centro de estudo e lazer que abrigasse também um museu com a memória do bairro. (PLATAFORMA..., 1997)

Conforme entrevista, em 1998, a então diretora da Ampla, Joseane Santos da Cruz, desde aquela época, a população lutou para que as antigas instalações da fábrica fossem desapropriadas pelo Governo do Estado para abrigar uma escola de 2º grau e um centro cultural. Ela destacou que a diretoria da entidade entregou ao então governador Paulo Souto, em 1995, um documento contendo o pedido para a criação do Centro de Educação e Cultura Popular do Subúrbio ferroviário, no prédio da fábrica, mas nunca obteve resposta. (FAMÍLIAS..., 1998)

O projeto, elaborado em parceria com a Faculdade de Arquitetura da UFBA, previa a instalação de lojas e oficinas de artesanato, de uma marina, com embarcações ligando o bairro à Ribeira, localizada no outro lado da Enseada dos Tainheiros, auditórios e teatro para apresentação de grupos locais, e ainda a revitalização da orla marítima no corredor ferroviário, dentro de um projeto turístico e de desenvolvimento local. (SERPA, 1998)

O desenvolvimento da proposta levou à realização do projeto “Área Estruturante I – Plataforma”, pelos arquitetos André Luiz Ferreira Lissonger e Ariadne Moraes Silva, professores da Faculdade de Arquitetura da UFBA, vencedor do “Projeto Subúrbio”, concurso público nacional de Arquitetura e Urbanismo organizado pela Prefeitura Municipal de Salvador em 2000.

Conforme o Memorial do projeto (LISSONGER; SILVA, 2000), a proposta, que tinha como grande *leit motiv* a requalificação do Sistema de Transportes Ferroviário com a proposição em Veículo Leve sobre trilhos (VLT) e a criação de duas estações, Plataforma e São João, integradas a primeira com o Sistema Modal de Transporte Aquaviário (com a construção de um novo embarcadouro) e a segunda com um Terminal de Ônibus Coletivo de nova construção, previa a reutilização das antigas estruturas fabris, da FAGIP e da FATBRAZ, com a criação de um Centro de Comércio e de Serviços na primeira e de um Centro de atividades profissionalizantes, culturais e esportivas na segunda; a valorização paisagística do grande *waterfront*, incluindo um novo ancoradouro e o Mercado de marisco, que organizaria e desenvolveria a prática da mariscagem, meio de auto sustentação de muitas famílias no Subúrbio; a criação de um parque urbano no Morro da Plataforma, grande área de floresta ombrófila residual da Mata Atlântica, na tentativa de transformá-la em Área de Proteção Cultural e Paisagística; a criação de espaços públicos para atividades de lazer e um Anfiteatro na área do “Grotão”, um “vale” de característica ombrófila residual, um dos últimos espaços livres do bairro.

Neste projeto a reutilização dos antigos edifícios industriais, portanto, constituía só uma parte de uma proposta muito mais ampla que entendia a requalificação do bairro como “parte do programa de requalificação do todo o Subúrbio Ferroviário de Salvador, e tentava articular o microcosmo de Plataforma, enquanto Área Estruturante, com o macrocosmo da cidade” (LISSONGER; SILVA, 2000), mantendo e desenvolvendo os aspectos particulares do sítio, culturais, socioeconômicos, e da sua população. O projeto entendia também a área de Plataforma enquanto “participante de uma rede de possibilidades de negócios<sup>6</sup>”, e ao mesmo tempo visava resgatar os valores estéticos e históricos próprios da área, enquanto Área de Proteção Cultural e Paisagística, através da proposição de Sistemas Urbanos (Lazer, Cultura, Formação Profissional) altamente deficientes no Subúrbio Ferroviário.

---

<sup>6</sup> abrindo novas perspectivas de adensamento de capital, de aumento e circulação interna de renda da sua população, estímulo à criação de cooperativas, etc...



Em particular, a reutilização dos edifícios da antiga Fábrica São Braz, na época já bastante degradados e mutilados, tentando concretizar a ideia que o caminho da requalificação passa também pela restauração do patrimônio existente, propunha a adoção de um “restauro crítico” dos mesmos, “não aceitando a reconstituição da edificação ao seu pretense estado original” (LISSONGER; SILVA, 2000), mas propondo o restauro das suas volumetrias, através de uma intervenção contemporânea, em constante dialogo com a preexistência. Neste sentido, a readequação funcional proposta, tanto para o Centro de Comercio e Serviços, tanto para o Centro de atividades profissionalizantes, iria preencher uma lacuna no tecido urbano existente, consolidando e adaptando as antigas estruturas para receber as novas funções, e ao mesmo tempo intervindo com novas construções de linguagem contemporânea para a reconstituição volumétrica e a sua inserção no entorno.

Quanto às funções propostas, o Centro de Comercio e Serviços receberia atividades de comercio, serviços e administração do embarcadouro e do próprio Centro de Comercio, integrando os espaços comerciais e de serviço com a plataforma de embarque/desembarque do novo ancoradouro; por outro lado, o Centro cultural, localizado no edifício principal da Fábrica São Braz, hospedaria atividades educacionais de formação técnico-profissional, para atender às perspectivas de desenvolvimento do próprio local, atividades culturais, ambientais, esportivas, de lazer, de convivência social, etc..

O projeto ilustrado, apesar de apontar para uma requalificação urbana, não se restringindo somente à recuperação do antigo complexo industrial, não foi implantado; desde então, inúmeros projetos de reutilização da Fábrica São Braz foram e estão sendo propostos como exercitações nos Ateliers de Projeto ou como Trabalhos finais de Graduação pelos estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

Ao lado destas propostas levadas à frente pela iniciativa pública, a partir dos anos ‘90, a iniciativa privada também começou a se interessar pela reutilização das antigas estruturas fabris de Plataforma, manifestando claramente visões e objetivos diferentes.

Os novos proprietários da fábrica começaram a imaginar um novo futuro para a velha edificação que ia se arruinando, dia após dia, frente ao seu abandono. Vários artigos de jornais da época apontam a hipótese de construção de uma marina no lugar da antiga fábrica: conforme Joaquim Souza, superintendente da Companhia Empório de Armazenagens Gerais Alfandegários que nos anos ‘90 se tornou proprietária dos

edifícios fabris sobreviventes, “o espaço foi comprado por novos negócios, com a construção de uma marina e um porto para cuidar da movimentação de cargas” (SANTANA, [s.d.]).

A localização privilegiada e uma paisagem natural ainda exuberante, apesar da degradação devida à ocupação desordenada do solo e à poluição das praias, fruto dos resíduos lançados pelas fábricas do vizinho polo industrial de Aratu e da falta de um sistema de esgoto, sempre despertaram, na iniciativa privada, grandes interesses econômicos. O projeto da marina, veiculado na imprensa naqueles mesmos anos, consistia na realização de um empreendimento náutico no local, aproveitando a parte do terreno junto ao mar, localizada defronte à praia da Ribeira, com ancoradouro para 100 embarcações, hotel, bar, restaurante, com áreas para estaleiro e outros serviços. A proposta, para a qual se procuravam parcerias, não vingou até hoje, assim como aconteceu para a do terminal de carga da via férrea (FAMÍLIAS..., 1998)

Em tempos recentes, um novo projeto de “requalificação” do bairro, incluindo o reuso da antiga fábrica, está sendo proposto na internet por uma ONG estrangeira, a Associação Plataforma 21, que há alguns anos trabalha no bairro, com o objetivo de revitalizá-lo.

Conforme quanto apresentado no site<sup>7</sup> [www.afabrica.org](http://www.afabrica.org), o projeto “A fábrica” se configura como um complexo residencial e cultural, que se estende por uma superfície de 40.000m<sup>2</sup>, à beira da Baía de Todos os Santos, englobando as estruturas da antiga Fábrica São Braz e integrando “três vocações interdependentes e transversais: cultural, residencial e social” (Fig. 4)

---

<sup>7</sup>Não foi possível até agora entrar em contato diretamente com a Associação, para obter informações mais aprofundadas sobre o projeto.

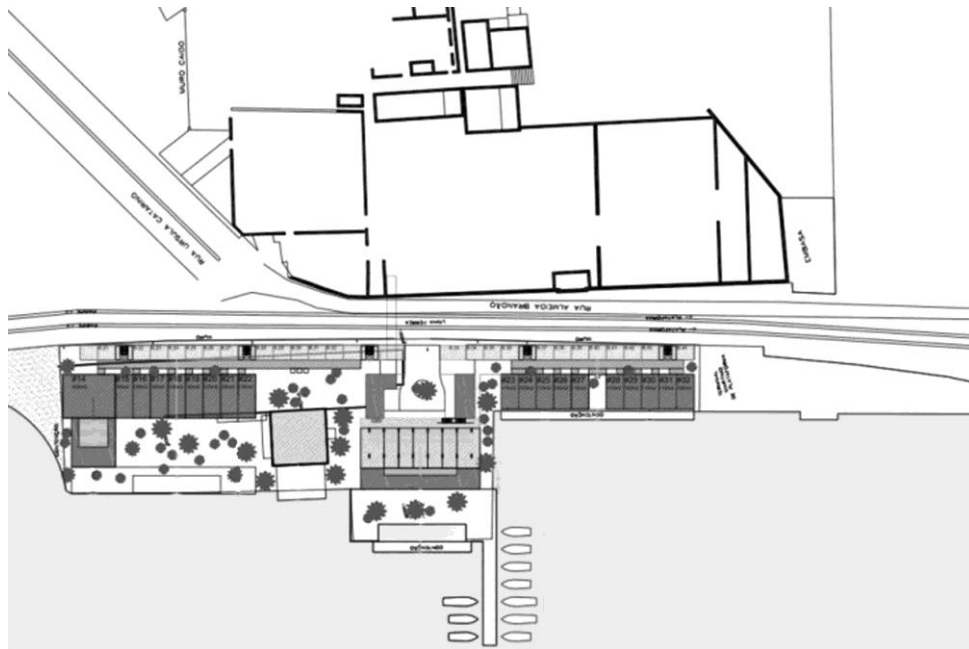


Fig.4 – Projeto “A Fábrica”, planta de situação. Fonte: <http://www.afabrica.org/wip3d>

O programa cultural prevê a realização de uma série de espaços destinados a diferentes funções culturais, “local de criação, produção e exposição”, reunindo:

galeria de arte, ateliês para artistas brasileiros e estrangeiros em residência, estúdio de gravação profissional, estúdio de maquete e de formação M.A.O, espaço polivalente destinado a eventos, estúdio fotográfico e vídeo, escritórios administrativos, *guest houses / loft* para os artistas em residência, bar e cantina. (Disponível em: [http://www.afabrica.org/programa\\_cultural](http://www.afabrica.org/programa_cultural))

O programa social se define através da criação de “estruturas associativas de proximidade que trabalharão com a Associação Plataforma 21” promovendo cursos de idiomas e de formações ligadas ao turismo e a hotelaria, de musica e informática, de ecologia e sustentabilidade, ateliês de artesanato, além da criação de um centro comunitário para as crianças. O projeto prevê também “acolher nestes espaços empresas ligadas à cultura, à ecologia e ao comercio justo e sustentável”. (Disponível em: [http://www.afabrica.org/programa\\_social](http://www.afabrica.org/programa_social))

Quanto ao programa residencial, o empreendimento “reunirá residências privadas, 37 apartamentos *penthouses/roof garden* de 90 a 360 m<sup>2</sup>, Apart Hotel de 16 suítes e *penthouses*, bar/ restaurante, SPA/fitness clube, duas piscinas e uma marina”.

Conforme a Associação Plataforma 21, o projeto imobiliário apenas descrito assegurará “o convívio e a viabilidade deste complexo”. Em particular,

com excepcional localização e uma vista panorâmica emocionante a Residência Baía (as residências privadas), possuirá um jardim tropical interno e praia privada banhada pelas águas mágicas da Baía de Todos os Santos. A exclusividade de morar em uma residência com fachada de 170 m. em frente ao mar e apenas 37 unidades - com 90 a 360 m<sup>2</sup>, das quais 11 com roof garden- em um terreno de 10.100 m<sup>2</sup>, 60 garagens com uma área construída de 4.800 m<sup>2</sup>. (Disponível em: [http://www.afabrica.org/programa\\_imobiliario](http://www.afabrica.org/programa_imobiliario))

Uma galeria de imagens em 3D ilustram o pré-projeto imobiliário, que ocupa uma superfície de cerca de 10.000 m<sup>2</sup> em frente à fachada principal da fábrica, transformando completamente o *waterfront* atual, e modificando ao mesmo tempo as relações espaciais entre o edifício fabril e a paisagem urbana e natural na qual é inserido (**Fig. 5**). Quanto a este último, algumas poucas imagens ilustram uma intervenção de “reabilitação” parcial, começada em 2010, que, conforme quanto exposto no site, permitirá reutilizar o seu espaço por fins sociais e culturais.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> A fábrica São Braz foi cenário para a filmagem da película de Cecilia Amado “Capitães da Areia” em 2008, para a exibição da banda internacional de percussionistas “ Tambores do Mundo” em 2009, para uma exibição de capoeira no mesmo ano, para o show do aniversário dos 460 anos de Salvador. ([http://www.afabrica.org/programa\\_social](http://www.afabrica.org/programa_social))



**Fig.5** – Projeto “A Fábrica”, detalhe projeto residencial, vista 3D. Fonte: <http://www.afabrica.org/wip3d>

Embora o conteúdo cultural e social apresentado nesta proposta, e a vontade de “requalificar” o bairro da Plataforma através da sua inserção no circuito turístico da cidade, ao inserir um empreendimento residencial de alto padrão em um tecido urbano nascido como vila operaria ao redor de uma antiga fabrica têxtis, e consolidado ao longo dos últimos 50 anos como bairro periférico de baixa renda, resulta evidente a finalidade meramente econômica da intervenção proposta. Apropriando-se do potencial paisagístico e cultural do lugar e desconsiderando os valores históricos, estéticos, simbólicos e memoriais da paisagem industrial que ainda tem nas ruínas da velha fabrica o seu elemento fundador, a intervenção proposta se apresenta totalmente inadequada às especificidades do sitio e à vocação do antigo edifício fabril, reconhecido como importante “monumento industrial”, e, portanto digno de ser preservado não somente nos seus valores materiais, mas também imateriais, definidores da identidade do lugar.

### **Considerações finais**

As propostas de requalificação do bairro da Plataforma apresentadas nas paginas anteriores, que incluem o reuso da antiga fabrica têxtil São Braz, tombada em 2002 pelo órgão estadual de preservação do patrimônio histórico e artístico da Bahia, IPAC,

pelos seus valores estéticos e históricos, ilustram diferentes posturas em relação ao entendimento do patrimônio industrial e à questão do seu reuso proporcionando uma série de reflexões. A implantação da fábrica no lugar conhecido como Plataforma, no final do século XIX, deu origem ao bairro do Subúrbio ferroviário mais antigo e mais próximo da cidade, que apesar das descaracterizações ocorridas ao longo das últimas décadas mantém um grande potencial cultural e paisagístico a ser explorado. A fábrica São Braz, mesmo depois da sua desativação e do seu arruinamento, continuou sendo considerada o coração do bairro, instaurando fortes relações memoriais e identitárias com os seus habitantes. Embora ruína, a sua imponente fachada ainda domina o *waterfront* do bairro, caracterizando esteticamente e simbolicamente a sua paisagem. À luz das teorias preservacionista que há mais de um século direcionam a prática do restauro, adotando o pensamento que reconhece no restauro um ato crítico e cultural, qualquer ação ou mesmo proposta de intervenção na fábrica deveria ter como objetivo primário a sua preservação. Por outro lado é evidente que uma sua “adequada” reutilização poderia garantir a sua preservação no decorrer do tempo e proporcionar uma nova vida ao bairro que hoje sofre de todos aqueles problemas que caracterizam as periferias das grandes cidades brasileiras, degrado físico e social, desemprego, violência, etc...

A sua reutilização<sup>9</sup> deve-se, portanto, fundamentar em um juízo histórico-crítico, sendo guiada por análises exaustivas não só das características físicas e estéticas do edifício industrial, mas também dos seus atributos espaciais, das formas de composição do espaço, do seu valor simbólico e memorial, das suas relações com os habitantes do bairro, para que o edifício em si preserve seus valores de autenticidade e não se torne mera “carcaça simbólica” (MENESES, 1988, apud RUFINONI, 2004, p. 151).

## **Bibliografia**

BRANDI, Cesare. **Teoria del Restauro**. Torino, Giulio Einaudi Editore, 1977.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al Restauro**. Napoli: Liguori Editore, 1997.

---

<sup>9</sup> Entende-se aqui em relação tanto ao novo uso a ser implantado, tanto ao projeto arquitetônico, às escolhas projetuais que possibilitarão a adaptação ao novo programa.

CARTA de Atenas, 1931. Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>. Acesso em: 15.02.2012.

CARTA de Veneza, 1964. ICOMOS. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 15.02.2012.

CARTA de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, 2003. Disponível em: <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 15.02.2012

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

FABRICA de tecidos vai voltar apitar forte. **Tribuna da Bahia**, Salvador 31 julho, 1987.

FAMÍLIAS de Plataforma querem a desapropriação da antiga fábrica. **A Tarde**, Salvador, 1998. In: IPAC. Processo de Tombamento, n. 003/97.

GIOVANNONI, Gustavo. **Dal capitello alla città**. ZUCCONI, G. (a cura di). Milano: Jaca Book, 1997.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. Cotia, SP, Ateliê Editorial, 2008.

IPAC. Processo de Tombamento, n. 003/97.

LISSONGER, A. Luiz Ferreira; SILVA, A. Moraes. **Anteprojeto de Arquitetura e Urbanização. Área Estruturante I – Plataforma. Subúrbio Ferroviário de Salvador**. Produto final: parte III/IV. Caderno de Projetos. Prefeitura Municipal de Salvador, 2000

PLATAFORMA terá sua historia resgatada. **A Tarde**. Salvador, 2 maio, 1997

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

RODRIGUES, A. Rosch; CAMARGO, M. Junqueira de. **O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo**. Revista CPC, São Paulo n. 10, p. 140-165, maio/out. 2010.

SARDENBERG, Cecília M. O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In: PASSOS, Elizete Silva; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). **Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador. BA: NEIM/UFBA. 1998. p.67-88.

\_\_\_\_\_, Cecília M. **In the backyard of the factory: gender, class, power and community in Bahia, Brazil**. Tese de Doutorado, Boston University, B.U., Estados Unidos, 1997.

SANTANA, E. Luís. Fabricas viram lixo urbano. **A Tarde**, Salvador, [s.d.]. In: IPAC. Processo de Tombamento, n. 003/97.

SERPA, A. Fatores Socioculturais na Avaliação de Impactos Ambientais: O Caso da Periferia de Salvador. **Cadernos do EXPOGEO**, Salvador-Bahia, v. 9, n. 9, p. 23-33, 1998.

VELLANES, Paulo de Tarso. A Fábrica São Braz como referência na memória social de Plataforma. In: MEZES, Jaci M. Ferraz de (Org.). **Educação na Bahia**. Coletânea de textos. Projeto memória da educação na Bahia. Salvador: Editora da Uneb, 2001. p. 75-80.